

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEIAS

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020 e relatório dos auditores independentes



Rede Filhas de Jesus

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM MILHARES DE REAIS

Ativo	2020	2019	Passivo e patrimônio social	2020	2019
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	243.924	253.267	Fornecedores	787	1.408
Contas a receber (Nota 5)	1.312	1.493	Obrigações fiscais e trabalhistas (Nota 7)	5.042	5.949
Adiantamentos a funcionários	902	1.277	Refis a recolher (Nota 8)	226	189
Adiantamentos a fornecedores	105	232	Adiantamentos de clientes (Nota 9)	8.349	8.893
Outros Ativos Circulantes	62	62		14.404	16.439
	246.305	256.331	Não circulante		
Não circulante			Refis a recolher (Nota 8)	169	385
Depósitos judiciais (Nota 10)	2.975	2.902	Provisão para contingências (Nota 10)	5.272	5.248
Imobilizado (Nota 6)	440.170	441.433		5.441	5.633
Intangível	44	83	Patrimônio Social (Nota 11)	302.325	296.583
	443.189	444.418	Fundos Patrimoniais	23.866	23.378
TOTAL DO ATIVO	689.494	700.749	Ajuste de Avaliação Patrimonial	343.458	358.716
				669.649	678.677
			TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	689.494	700.749

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

	2020	2019
Receitas de venda de serviços, líquidas (Nota 12)	57.288	68.492
Custos Serviços Prestados (Nota 13)	(68.170)	(73.654)
Deficit Bruto	(10.882)	(5.162)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(10.270)	(14.179)
Despesas Tributárias	(112)	(156)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas (Nota 15)	1.705	1.797
	(8.677)	(12.538)
Deficit Operacional	(19.559)	(17.700)
Resultado Financeiro (Nota 16)		
Receitas Financeiras	14.775	21.141
Despesas Financeiras	(4.732)	(531)
	10.043	20.610
SUPERAVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(9.516)	2.910
Outros Ganhos Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(9.516)	2.910

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM MILHARES DE REAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS DE 2020 E DE 2019

	Patrimônio	Reserva de Patrimônio	Fundos		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
			Comunicação de Bens	Previdência		
Saldos em 31.12.2018	280.391	10.000	18.999	4.453	361.998	675.841
Realização de reserva por depreciação	3.282	-	-	-	(3.282)	-
Utilização do Fundo de Comunicação de Bens	-	-	(148)	-	-	(148)
Transferência para Fundo de Previdência	-	-	-	74	-	74
Superávit do Exercício	2.910	-	-	-	-	2.910
Saldos em 31.12.2019	286.583	10.000	18.851	4.527	358.716	678.677
Realização de reserva por baixa de bens	12.045	-	-	-	(12.045)	-
Realização de reserva por depreciação	3.213	-	-	-	(3.213)	-
Transferência para Fundo de Comunicação de Bens	-	-	245	-	-	245
Transferência para Fundo de Previdência	-	-	-	242	-	242
Déficit do Exercício	(9.516)	-	-	-	-	(9.516)
Saldos em 31.12.2020	292.325	10.000	19.096	4.769	343.458	669.649

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit / Superávit do exercício	(9.516)	2.910
Baixa líquida de Imobilizado	136	(13)
Depreciação e amortização	6.075	6.382
Provisão para contingência	24	319
Provisão para devedores duvidosos	1.680	1.012
	(1.601)	10.610
Variações nos Ativos e Passivos		
Diminuição (Aumento) de contas a receber	(1.499)	(778)
Diminuição (Aumento) de adiantamentos a funcionários	375	(57)
Diminuição (Aumento) de adiantamentos a fornecedores	127	(201)
Diminuição (Aumento) de demais	---	17
Diminuição (Aumento) de depósitos judiciais	(73)	49
Aumento (Diminuição) de fornecedores	(621)	164
Aumento (Diminuição) obrigações fiscais e trabalhistas	(907)	453
Aumento (Diminuição) refis	(179)	(161)
Aumento (Diminuição) de adiantamentos de clientes	(544)	152
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	(4.922)	10.248
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adição ao imobilizado e intangível	(4.908)	(12.021)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos	(4.908)	(12.021)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento (Diminuição) de reservas patrimoniais	487	(73)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento	487	(73)
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalente de caixa	(9.343)	(1.846)
Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa		
No início do período	253.267	255.113
No fim do período	243.924	253.267
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalente de caixa	(9.343)	(1.846)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 - EM MILHARES DE REAIS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social – SEIAS é uma associação civil, de direito privado, sem fins econômicos, filantrópica de caráter beneficente, de assistência social, educacional, cultural e religiosa, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 61.688 de 13 de novembro de 1967, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social sob o nº 77.113/52, em 10 de novembro de 1952.

Fundada em 29 de dezembro de 1914 pela Congregação das Filhas de Jesus na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, atualmente, esta associação civil tem sua sede localizada na cidade de Belo Horizonte – MG congrega juridicamente, conforme disposição do Direito Canônico, todos os membros da Congregação Filhas de Jesus no Brasil, que tenham votos perpétuos.

Tem por objetivos a criação, incorporação, congregação, direção, manutenção e desenvolvimento de instituições ou qualquer outra atividade que se enquadre em suas finalidades institucionais e sociais, visando a beneficência, a promoção humana, a educação, a cultura, a evangelização e a assistência social.

A consecução de seus objetivos é realizada através de recursos próprios originários da atividade educacional da pré escola ao ensino médio. A Sociedade atua também com a locação de bens imóveis e gestão de ativos financeiros, cujo resultado é totalmente revertido para o atendimento de suas ações.

Os diretores, conselheiros, associados, instituidores ou equivalentes, não recebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras, os recursos da Sociedade são integralmente aplicados em suas finalidades institucionais e integralmente no território nacional.

2 APRESENTAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mais especificamente as disposições da ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos.

2.2 Bases de Elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para crédito de liquidação duvidosa), (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e, (iii) contabilização de provisões.

A Sociedade revisa suas estimativas e premissas de forma contínua, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas, se causarem impacto apenas nesse período ou, também, em períodos posteriores, se o impacto for sobre o período futuro.

2.4 Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima.

A administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 23 de março de 2021.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. As receitas e despesas da Sociedade são apropriadas com base em documentos que atendem às exigências legais e fiscais.

(b) Caixa e equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidação diária, e com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação do serviço de ensino. Sendo o prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(e) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as escolas e escritório da Sociedade. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Classe	Taxa % por ano	Anos
Edifícios	2,5 a 4%	25 a 40
Benfeitorias	4%	25
Móveis e Utensílios	10%	10
Veículos	10%	10
Outros	10% a 20%	10 a 20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (nota 6).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

Em 01 de janeiro de 2012 a entidade adotou o custo atribuído as classes de terrenos e edifícios. Os valores foram lançados nas respectivas contas contábeis contra reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Social.

Os valores identificados como depreciação deste custo são reclassificados da conta de resultado para a conta de reserva amortizando a mesma.

(f) Ativos intangíveis

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(g) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

(h) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(i) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(j) Patrimônio Social

O Patrimônio Social é formado pelos bens constituídos inicialmente, agregados pelos resultados da atividade operacional realizados durante sua existência. Além disso, esse patrimônio é composto por fundos voltados à constituição de reservas destinadas ao reinvestimento em obras e atividades pontuais.

(k) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Sociedade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade, conforme descrição a seguir. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos.

(k.1) Vendas de serviços

A Sociedade vende serviços de educação. Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido e em contrato de preço fixo. Os períodos dos contratos, geralmente são de um ano.

(k.2) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

(l) Imunidade

A Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social – SEIAS, instituição de educação e de assistência social, está em pleno gozo da imunidade tributária aos impostos e contribuições sociais, conforme estipula a Constituição Federal de 1988.

No tocante às contribuições sociais a jurisprudência constitucional do STF já identificou, na cláusula inscrita no art. 195 § 7 da Constituição Federal a existência de uma típica garantia de IMUNIDADE (e não de simples isenção) estabelecida em favor das Entidades beneficentes de assistência social – Precedente RTJ 137/965 (RMS 22.192 de 27/11/1995).

(m) Arredondamentos

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa podem ser demonstrados como segue:

	2020	2019
Recursos em Caixa e Banco Movimento	333	942
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	243.591	252.325
Total	243.924	253.267

O saldo em aplicações financeiras cujo vencimento na data do balanço patrimonial é igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e que não possuem risco de variação significativa de valor, em caso de resgate antecipado, é classificado como caixa e equivalentes de caixa.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber individualmente referem-se principalmente as mensalidades escolares dos alunos. Em 31/12/2020 o saldo está assim representado:

	2020	2019
Contas a receber	10.123	9.680
Provisão para devedores duvidosos	(8.811)	(8.187)
Total	1.312	1.493

Em 31 de dezembro de 2020 o valor total de contas a receber de clientes no montante de R\$ 10.123 (2019 - R\$ 9.680) estava devidamente registrado ao seu valor de realização, por meio do registro de uma provisão no montante de R\$ 8.811 (2019 - R\$ 8.187).

A Sociedade conservadoramente constituiu provisão para eventuais perdas em contas a receber, calculada com base em todo o saldo em aberto de alunos que ainda não tenham efetuado negociação de seus débitos. Na avaliação da administração, uma parcela das contas a receber devem ser recuperadas quando das negociações no ano subseqüente das mensalidades em atraso.

6 IMOBILIZADO

	Terrenos			Móveis, utensílios e equipamentos			Obras em andamento		Total
	Edifícios	Benfeitorias		Veículos	Outros				
Em 31 de dezembro de 2019									
Saldo inicial	335.290	77.296	42.604	14.657	1.394	10.196	3.925	485.362	
Depreciação acumulada	(21.302)	(4.375)	(10.814)	(1.257)	(6.181)	(43.929)			
Saldo contábil, líquido	335.290	55.994	38.229	3.843	137	4.015	3.925	441.433	
Em 31 de dezembro de 2020									
Saldo inicial	335.290	55.994	38.229	3.843	137	4.015	3.925	441.433	
Aquisições			1.827	351	75	2.655		4.908	

7 OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

	2020	2019
Provisão de férias	3.557	4.195
Outros	1.485	1.754
Total	5.042	5.949

8 REFIS A RECOLHER

A Sociedade aderiu ao programa de refinanciamento referente a débitos anteriores relacionados à Taxa do lixo e sinistro cujo prazo de pagamento é previsto a ocorrer até 2023.

9 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2020	2019
Recebimentos e antecipações de matrículas e mensalidades	8.299	8.437
Recebimentos de materiais de ensino, outros recebimentos antecipados	50	456
Total	8.349	8.893

Esses saldos referem-se essencialmente a antecipações de matrículas e mensalidades dos alunos a serem realizadas durante o exercício de 2021.

10 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Sociedade, por força de suas atividades operacionais e sociais, é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada na opinião de seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: Contingências trabalhistas e previdenciárias: correspondem a R\$ 5,2 milhões.

O depósito judicial constituído no montante de R\$ 2,6 milhões refere-se a uma autuação referente ao recolhimento de PIS a empregados dos quais a probabilidade de perda é remota, fato pelo qual não está constituída provisão para este risco. As despesas de provisão são reconhecidas no resultado no grupo de despesas administrativas.

11 PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social da Sociedade é formado pelos bens constituídos inicialmente, agregados pelos resultados da atividade operacional realizados durante sua existência.

O Patrimônio é composto, também, por Fundos destinados a fins determinados, tais como a sustentação financeira de obras e escolas para a população carente, como ao reinvestimento em obras, escolas e atividades pontuais, segundo os objetivos estatutários da Sociedade, assim definidas como prioridade pelo Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, instância estatutária deliberativa da Sociedade.

A dotação anual dos Fundos e o limite de capitalização dos mesmos são aprovados pela Diretoria da Sociedade, de acordo com as necessidades planejadas em orçamento, mediante parecer do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscal – CAEF.

Toda e qualquer movimentação de destinação de recursos observa e atende a determinação legal e estatutária de aplicação desses valores nas finalidades institucionais da Sociedade.

a) Fundos:

a.1) Fundo de Comunicação de Bens

O Fundo de Comunicação de Bens está destinado à atenção às necessidades financeiras das obras apostólicas que não possuem receita própria ou a têm insuficiente para sua auto manutenção e investimentos. Destina-se também a cobrir eventuais necessidades de manutenção das associadas.

a.2) Fundo de Previdência

O Fundo de Previdência está a garantir manutenção das associadas em suas necessidades e cuidado com a saúde, sobretudo as idosas e enfermas que, ao longo de sua vida dedicaram todos os seus esforços no cumprimento dos objetivos da Sociedade, e que, conseqüentemente, tem definido no estatuto o direito ao amparo e guarida. (conf Art 12 “b” Estatuto Social).

b) Reserva de Patrimônio:

A Reserva de Patrimônio está destinada a cobrir qualquer eventualidade da Sociedade segundo seus objetivos estatutários.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial:

Refere-se a contrapartida do registro de custo atribuído ao imobilizado em reavaliação imobiliária realizada pela Sociedade em 01 de janeiro de 2012. A movimentação ocorre pela depreciação dos bens durante o Exercício, bem como pela alienação de bens que tenham recebido alguma atribuição de custo.

d) Superávit / Déficit do exercício:

O valor apurado na confrontação entre as receitas e despesas do exercício é registrado nessa rubrica até a aprovação pela Assembleia, quando é transferido para o Patrimônio Social.

As modificações e a composição do Patrimônio Social estão expressas na Demonstração das Mutações do Patrimônio.

12 RECEITAS DE VENDA DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2020	2019
Mensalidades	82.721	83.334
Descontos emergenciais (Pandemia) (f) (nota 19)	(7.596)	-
Contribuições, Donativos e Convênios	320	1.040
Demais atividades extracurriculares	1.907	4.161
Material de ensino	2.531	2.527
Gratuidades Educacionais (a) , (d)	(13.246)	(13.325)
Gratuidades Bolsa Institucional (a)	(9.314)	(9.018)
Assistência ao educando (b)	(27)	(192)
Custo gratuidades Socioassistenciais (c)	(8)	(36)
Total	57.288	68.492

a) Resumo das Ações Beneficentes / Filantrópicas

Abaixo Apresentamos a síntese das ações realizadas, bem como o esforço financeiro para sua execução:

	2020	2019
Gratuidades Educacionais - Bolsas de Estudos 100% (a.1)	7.732	7.553
Gratuidades Educacionais - Bolsas de Estudos 50% (a.2)	5.514	5.772
Gratuidades Educacionais - CCT/ Institucional (a.3)	9.314	9.018
Total	22.560	22.343

(a.1) Montantes referentes a bolsas integrais estabelecidas conforme critérios de concessão de gratuidades determinados por estudos socioeconômicos realizados por profissionais do Serviço Social.

(a.2) Montantes referentes a bolsas parciais estabelecidas conforme critérios de concessão de gratuidades determinados por estudos socioeconômicos realizados por profissionais do Serviço Social.

(a.3) gratuidades concedidas pela CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) / Institucional, que não são base de cálculo para a filantropia, estando representada aqui por mera obrigação legal.

b) Ações complementares educacionais

Representam o custo incorrido com alimentação, uniforme, transporte e material didático oferecido a alunos da educação de jovens e adultos (EJA), além dos custos incorridos com atividades educativas relacionadas à garantia de formação Integral para os estudantes da Educação Básica.

	2020	2019
Assistência ao educando	27	192
Total	27	192

c) Programas Sociais

Esses custos representam os gastos incorridos nas ações oferecidas aos beneficiários.

	2020	2019
Socialização Infanto-Juvenil	4	23
Formação e qualificação socio profissional e inclusão produtiva	4	13
Total	8	36

d) Demonstrativo de gratuidade

	2020	2019
Receita recebida de mensalidades Escolares	52.655	65.033
Gratuidades com 50%	5.514	5.772
Gratuidades com 100%	7.732	7.553
Total das gratuidades Educacionais	13.246	13.325
% das Gratuidades das bolsas de estudo	25,00%	20,49%
% Assistência ao educando	0,01%	0,03%
% dos Projotos Sociais	0,0002%	0,0060%

e) Demonstrativo da Concessão de Bolsas Integrais - Critérios Matemáticos

	2020	2019
Total de alunos pagantes	5.204	100%
Total de bolsas integrais efetivamente concedidas	786	15%
Total de bolsas complementares efetivamente concedidas	481	9%
Total de bolsas integrais efetivamente concedidas	1.267	24%

f) Descontos emergenciais (Pandemia)

Montantes referentes a descontos concedidos às famílias para enfrentar os desafios financeiros causados pela Pandemia em 2020.

As concessões (bolsas) relacionadas nos itens (d) e (e) acima, obedeceram os ditames da Lei 12.101/09 e suas regulamentações, impactando exclusivamente no referido exercício, sendo que posteriormente parte desta legislação foi considerada inconstitucional, especificamente no que diz respeito à obrigatoriedade de concessão de bolsas de estudo ou qualquer outro tipo de contraprestação de modo a garantir à imunidade tributária, conforme Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4480/DF.

13 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2020	2019
Pessoal	48.317	51.911
Depreciações e Amortizações	6.036	6.298
Encargos sobre folha	5.995	5.660
Benefícios	2.434	2.747
Atividades Extracurriculares	179	795
Despesas de materiais	2.441	2.650
Monitoramento e segurança Patrimonial	1.058	1.054
Luz	608	945
Água	401	866
Outros	701	728
Total	68.170	73.654

14 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2020	2019
Despesas técnicas	2.030	2.746
Despesas de materiais e serviços	2.111	3.142
Despesas gerais	3.955	5.467
Prov. Crédito de Liquid. Duvidosa	1.680	1.517
Outros	494	1.307
Total	10.270	14.179

15 OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2020	2019
Receita de aluguel	1.919	2.557
Venda de ativo permanente	21	14
Aposentadorias	-	88
Outras receitas	41	286
Total outras receitas	1.981	2.945
Perdas no recebimento de créditos/serviços (i)	(5)	(11)
Baixa de ativo imobilizado	(134)	(21)
Outras despesas	(137)	(1.116)
Total outras despesas	(276)	(1.148)
	1.705	1.797

(i) Durante o exercício de 2020 a Sociedade identificou diversos ativos sem perspectiva de realização, inclusive de anos anteriores, que foram lançados no resultado.

16 RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Rendimento de aplicações financeiras	13.079	18.912
Demais receitas financeiras	1.696	2.229
	14.775	21.141
Despesas bancárias	(4.732)	(531)
Receitas financeiras líquidas	10.043	20.610

17 ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

17.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Sociedade. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Sociedade contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Sociedade tem ativos significativos que incidam juros, dentre eles destacam-se aplicações financeiras e alguns acordos para recebimento de mensalidades em atraso para os quais são consideradas uma taxa de juros, normalmente aplicadas no mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades reconhecidamente sólidas no mercado brasileiro.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Sociedade. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinada pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Sociedade mantinha fundos de curto prazo de R\$ 243.924 (2019 - R\$ 253.267) e outros ativos líquidos de R\$ 2.381 (2019 - R\$ 3.065) que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

17.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

18 SEGUROS

A Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social – SEIAS adota a política de controlar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

19 COVID

A pandemia da COVID-19 acarretou impactos relevantes sobre as atividades da Sociedade em função da evasão de alunos e da necessidade da concessão de descontos às famílias para enfrentar os desafios financeiros causados pela Pandemia em 2020.

A administração, ciente do seu papel social, está redobrando esforços e cuidados visando a manutenção das operações indispensáveis à nossa sociedade, sem prejuízo do cumprimento das instruções de segurança sanitárias divulgadas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde. A administração segue atenta à evolução da pandemia nos cenários doméstico e internacional com intuito de avaliar potenciais impactos futuros.

MARIA JOSÉ ALVES MACHADO DIRETORA TESOUREIRA CPF-220.643.036-34	MICHELLE MADUREIRA TEIXEIRA CONTADORA-CRC/109.215/0-9 CPF-013.703.146-71
--	---

PARECER DO CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL – CAEF DA SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEIAS SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscal – CAEF, da Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social – SEIAS, em reunião realizada em 24 de Março de 2021, às 8h30 horas, na Unidade 3 da Associação, localizada à Rua Madre Cândida, 241 – Vila Paris – Belo Horizonte/MG, em observância ao disposto no Artigo 35º, inciso “e”, do Estatuto Social da Sociedade, examinaram o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e demais Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao Exercício Fiscal encerrado em 31/12/2020.

Com base nos documentos apresentados pela Administração e Contabilidade, na pessoa de sua Primeira Tesoureira Maria José Alves Machado, este Conselho, após análise criteriosa dos citados documentos, viu que os mesmos estão em conformidade com as prescrições legais e Normas Contábeis Oficiais, e refletem, adequadamente, com exatidão e transparência, a posição patrimonial, econômica e financeira da Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social – SEIAS, no referido Exercício, razão pela qual dá seu PARECER FAVORÁVEL à aprovação das peças contábeis e demais relatórios, pela sua Diretoria.

Belo Horizonte, 24 de março de 2021.

CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL – CAEF

Gisélia Maria de Sousa – RG MG-22241690 PC/MG – CPF: 803.054.823-00 – **1ª Conselheira**
Gislene Paulina Pinto – RG M-424.535 SSP/MG – CPF: 280.190.166-00 – **2ª Conselheira**
Conceição Apolônia de Oliveira – RG 1.265.682 SSP/PR – CPF: 348.854.639-04 – **3ª Conselheira**
Maria de los Angeles Sebastián Martinez – RNE W052154-A – CPF: 866.584.688-34 – **4ª Conselheira**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Senhoras Administradoras Conselheiras da **SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEIAS**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, que compreendem balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório emitido em 13 de março de 2020, não conteve ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 23 de março de 2021.

AUDSÉRVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S. CRC-01-MG-4553 – O	ALEXANDRE OLIVEIRA CHAGAS Responsável Técnico - CRC-MG-075751-0	PEDRO DIAS ARAÚJO Auditor Responsável - Contador - CRC-MG-119572/0-0
---	---	--